



Não é errado falar assim: uma análise do discurso de Alexandre Garcia sobre o livro *Por uma Vida Melhor*¹

Bruno RIBEIRO²

Agda AQUINO³

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

RESUMO

Desde o último dia 12 de maio a imprensa brasileira noticiou, escreveu e debateu acerca de um trecho do livro didático *Por uma vida melhor*, que trata do que se denomina nas ciências da linguagem de variação linguística. Baseado em uma frase retirada do seu contexto, várias informações incorretas, incompletas e imprecisas foram divulgadas pelos principais veículos de comunicação do país. Neste artigo, analisaremos o discurso produzido pelo jornalista Alexandre Garcia sobre essa questão em seu comentário no programa Bom Dia Brasil do dia 17 de maio de 2011. Também comentaremos alguns mitos relacionados à língua, à gramática normativa e à ortografia, sua disseminação na imprensa, bem como a criação de verdades, o falseamento e a espetacularização de fatos produzidos pelos meios de comunicação de massa.

PALAVRAS-CHAVE: análise do discurso; língua; preconceito linguístico; telejornalismo.

“Português é a língua mais difícil do mundo”, “Ninguém sabe português direito”, “Brasileiro fala tudo errado”, “Estão assassinando a língua portuguesa”. Mitos como esses são escutados e propagados diariamente por professores de português, divulgados pela imprensa ou falados por boa parte das pessoas que coloquem em pauta algum assunto referente à principal língua empregada no Brasil. Talvez o ponto mais interessante dessas frases seja que todas elas são articuladas em língua portuguesa, respeitando um complexo e profundo conhecimento gramatical intuitivo e, muitas vezes, inconsciente. O que leva as pessoas a pensarem que não sabem falar português é a confusão que foi criada ao longo dos anos entre língua, gramática normativa e ortografia, e que vem sendo fortalecida constantemente pelos meios de comunicação de massa.

De acordo com Marcos Bagno (2009, p. 19), existe uma regra de ouro na linguística que afirma: “só existe língua enquanto houver seres humanos que a falem”. Esse princípio, algo fácil de verificar no dia a dia, deveria ser uma coisa óbvia se encarássemos os fatos simples dos estudos da língua de qualquer falante, como eles realmente são: qualquer pessoa que fala é porque sabe falar. “Pode ser que falem de formas um pouco peculiares, que certas características do seu modo de falar nos pareçam desagradáveis ou engraçadas. Mas isso não

¹ Trabalho apresentado no DT – 8 Estudos Interdisciplinares da Comunicação, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 8º semestre do Curso de Radialismo da UFPB, email: rn.brunno@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social da UFPB, e-mail: agdaaquino@gmail.com.



impede que seja verdade que sabem falar” (POSSENTI, 1996, p. 29). E se sabem falar é porque sabem uma língua. E se sabem uma língua é porque sabem as regras de funcionamento dessa língua, ou seja, a gramática. “Todo falante nativo de uma língua *sabe* essa língua. Saber uma língua, na concepção científica da linguística moderna, significa conhecer intuitivamente e empregar com facilidade e naturalidade as regras básicas de funcionamento dela” (BAGNO, 2009, p. 51).

O lexicógrafo Antonio Houaiss (1991) explica que com pouco mais de dois anos uma criança consegue dominar o arcabouço fundamental de sua língua, incluindo sua gramática, apesar da complexidade que tal empreendimento exige. Mesmo que o menino não saiba o que é uma sintaxe de colocação, ele sempre vai falar numa sequência que traga um artigo e um nome respectivamente. Ou seja, antes de frequentar a escola, o brasileiro já diz “o livro” e nunca “livro o”, seguindo dessa forma uma gramática *intuitiva*. Dependendo do dialeto que fale, pode até ser que esse menino diga “os livro”. Entretanto, é preciso reconhecer que mesmo fazendo uso de uma variante linguística que não estamos acostumados ou que não gostamos, essa criança jamais vai falar “livro os” ou “o livros” – o que não é pouca coisa quando constatamos que ele nunca foi a escola (POSSENTI, 1996). Essas crianças falam muito, durante várias horas por dia, o que não aconteceria se não soubessem uma língua. E se elas falam o dia todo em português, é porque conhecem profundamente o português – mesmo que não tenham consciência desse fato ou da gramática intuitiva que seguem. “Acusar alguém de não saber falar a própria língua materna é tão absurdo quanto acusar essa pessoa de não saber ‘usar’ corretamente a visão (...) ou o olfato” (BAGNO, 2003, p. 17). Daí ser possível dizer que todo brasileiro sabe falar uma língua com sua gramática. Nesse sentido, saber uma gramática significa saber dizer e entender frases de um determinado idioma. Quem diz e entende facilmente uma frase em português só o faz porque domina a estrutura dessa língua. E toda fala segue algum tipo de regra de forma intuitiva, possuindo assim uma gramática. Dessa forma, saber uma gramática não significa necessariamente conhecer de cor regras que se aprende na escola, ou saber fazer análises morfológicas ou sintáticas. “Mais profundo do que esse conhecimento é o conhecimento (intuitivo ou inconsciente) necessário para falar efetivamente a língua” (POSSENTI, 1996, p. 30).

Esse fato não acontece apenas com as crianças que fazem parte da cultura letrada. Ainda que tenha nascido dentro de uma sociedade dita primitiva, ágrafa ou iletrada, esse menino já consegue dominar perfeitamente as regras gramaticais de sua língua. Não apenas ele, mas todos os brasileiros cuja situação social e econômica não permitiu que estudassem



durante vários anos, falam o tempo todo em português com uma gramática intuitiva lógica e coerente (POSSENTI, 1996).

Sem haver escolas, sem haver professores, sem haver alunos, sem haver instrução institucionalizada, a criança, pela mera inserção progressiva na vida do grupo a que pertence, vai dominando sua língua, internaliza-lhe as regras e, cedo, entre 12-13 anos, é adulto na sua língua: pratica todas as regras e gramáticas que todos praticam, sabe todas as palavras que todos sabem e tende a ter uma visão de mundo, um fazer do mundo e um saber do mundo como todos do seu mundo (HOUAISS, 1991, p. 25).

Para as ciências da linguagem, esses fatos são elementares, mas pode parecer algo novo, um pouco estranho ou um completo absurdo para quem não faz parte do campo. Isso porque ainda impera nas salas de aula e na imprensa brasileira que “saber português” é saber distinguir um complemento nominal de um adjunto adnominal ou conhecer como conjugar o verbo *trazer* no pretérito mais que perfeito composto do modo subjuntivo.

Nesse ponto, é importante esclarecer que da mesma forma que o molde de um vestido não é um vestido, uma receita de bolo não é um bolo, um mapa-múndi não é o mundo, a gramática normativa não é a língua (BAGNO, 2009). A primeira é apenas uma tentativa de descrever a parcela mais visível e prestigiada da segunda. As gramáticas normativas apresentam um conjunto de regras, relativamente explícitas e coerentes⁴, que devem ser seguidas quando surge a necessidade do emprego da norma padrão. Também conhecidas como normas prescritivas, o uso dessas regras pode ser encontrado nos textos jornalísticos, acadêmicos e de boa parte dos livros publicados no país. Aliás, essa norma é exigida na produção de publicações universitárias, como o Intercom. Por isso, essa variedade padrão é ensinada na escola, já que seu ensino é uma ferramenta essencial para a democratização do conhecimento e para o acesso de informações fundamentais para a vida de qualquer pessoa.

PRECONCEITO LINGUÍSTICO E A NORMA PADRÃO

No entanto, apesar da importância de conhecer as regras de funcionamento da gramática normativa ou da norma padrão, os falantes que fazem uso dela podem incorrer no preconceito de que existe uma *única* maneira *certa* de falar a língua portuguesa. E essa maneira *correta* estaria estampada na gramática prescritiva. Essa ideia faz parte do que é denominado na academia de *preconceito linguístico*. O termo foi popularizado pelo professor Marcos Bagno (2009) na década de 1990 e define qualquer juízo de valor que “estigmatiza

⁴ Julgamos o termo *relativamente* mais apropriado porque a própria gramática normativa portuguesa é arbitrária e incoerente em vários casos. Afinal, por que conjugar *Eu odeio* e não *Eu ódio*, já que o verbo é em questão é *odiar*? Ou por que *mau* é antônimo de *bom* enquanto *maldade* é antônimo de *bondade*? Não deveria ser *maudade* com U? Ou porque razão se escreve *herbívoro* com H e *erva* sem H quando ambas são provenientes da grafia latina *herba*? Por que extraordinário é com X, mas estranho e estrangeiro com S, se o radical é o mesmo? Por que o verbo é *estender* e o substantivo é *extensão*?



direta ou indiretamente as pessoas que não dominam formas linguísticas consideradas certas por uma dada comunidade” (SCHERRE, 2005, p. 15 e 16).

Esse preconceito é velado e funciona da seguinte forma: em tese, essas gramáticas se baseiam num modo peculiar de atividade linguística – a escrita – de um grupo seletivo de cidadãos que fizeram uso dessas variantes prestigiadas no que costumam ser chamadas de *obras clássicas*. Em outras palavras, a sociedade elege – às vezes de maneira arbitrária ou baseada no que ela convencionou chamar *elegante* – uma variante linguística, torna-a padrão e em seguida passa a estigmatizar todo e qualquer falante que não siga aquela variação.

Inspirados nos usos que aparecem nas grandes obras literárias, sobretudo do passado, os gramáticos tentam preservar esses usos compondo com eles um modelo de língua, um padrão a ser observado por todo e qualquer falante que deseje usar a língua de maneira ‘correta’, ‘civilizada’, ‘elegante’, etc. É esse modelo que recebe tradicionalmente, o nome de *norma culta* (BAGNO, 2003, p. 43).

Como observamos acima, a aprendizagem da língua é um processo natural, dinâmico e vivo que segue regras internas próprias de funcionamento. “Falar acontece naturalmente, da mesma forma, nas mesmas faixas etárias, em qualquer parte do planeta terra, independentemente de raça, de cultura, de cor, de gênero e de ensino formal” (SCHERRE, 2005, p. 9). Pessoas de ambientes sociais, geográficos e temporais diferentes, provavelmente vão usar formas diferentes de articular verbalmente sua língua. Isso se dá porque o linguajar utilizado pelas pessoas em sua totalidade, nesse caso os brasileiros, não é um bloco homogêneo e compacto. “Pelo contrário, todos sabemos que ela [língua] apresenta diversas *diferenciações* (ou variações como dizem os sociolinguistas), as quais resultam do contato da língua com o ambiente. Se este for complexo, a língua também o será” (COUTO, 1994, p. 10 e 11).

Nesse sentido, é necessário frisar também que todas as línguas variam, alteram-se, transformam-se. Não existe nenhuma sociedade onde todos falam da mesma forma, utilizando o mesmo vocabulário, as mesmas sentenças. Esse fato não significa que a língua fica melhor ou pior, mais rica ou mais pobre. Elas simplesmente mudam. Uma língua uniforme, homogênea e única é uma ficção. Não existem línguas imutáveis. O idioma dos falantes de qualquer nação passa por alterações, independentemente do nível de letramento das pessoas, dos avanços econômicos e tecnológicos do seu povo, do poder mais ou menos repressivo das instituições políticas ou culturais (FOLTRAN, 2011). Formas linguísticas perdem ou ganham prestígio, outras desaparecem ou são criadas novas formas consideradas prestigiadas. Esse fato é natural em qualquer língua do mundo. Qualquer pessoa que tente ler um texto escrito



em português na Idade Média encontrará dificuldades de compreendê-lo. A *carta de Caminha*, escrita em 1500, só pode ser entendida depois de transcrita por um especialista em paleografia, ou seja, um profissional capacitado que estuda a forma escrita dos manuscritos antigos e medievais. Ele precisa transcrever a carta para o português moderno a fim de ficar legível para o leitor moderno.

As línguas variam não apenas ao longo do tempo, mas num mesmo espaço de tempo. Qualquer língua apresenta variedades que são deflagradas pelos mais diversos fatores como as diferenças geográficas, sociais, etárias, dentre muitas outras (FOLTRAN, 2011). Atualmente na língua portuguesa, por exemplo, existe o português brasileiro, lusitano, angolano, moçambicano. No interior de cada país, também há diferenças regionais: no Brasil temos o falar mineiro, gaúcho, carioca, paulista, nordestino, entre outros (COUTO, 1994). Além deles, o povo brasileiro tem um caráter multilíngue: por aqui são faladas mais de 200 línguas diferentes entre línguas indígenas, línguas trazidas por imigrantes europeus, africanos e asiáticos, línguas surgidas das situações de contato nas zonas fronteiriças com os países vizinhos, entre outros falares remanescentes das diversas línguas africanas trazidas pelas vítimas do sistema escravocrata (BAGNO, 2009). O português é a língua mais visível e a mais utilizada entre todas essas múltiplas formas de falar, além de ser também, claro, o idioma oficial do Brasil.

As variantes e as modificações criadas pelos falantes são reflexos das variedades sociais que são reproduzidas na língua. Em todos os países ou comunidades do mundo existem variedades linguísticas. Onde há língua, há variedade. E essas variações não são casuais, mas são regradas por uma espécie de gramática interior da língua, podendo ser detectadas através de uma cuidadosa análise. Ou seja, esses “erros” seguem regras. “São outras regras, mas são regras – no sentido de que há regularidades” (POSSENTI, 2009, p. 34). Dentro da língua portuguesa, há variações que as pessoas só falam porque a língua portuguesa permite, enquanto existem outras que não são admitidas linguisticamente. Assim, não existe nenhum “caos” linguístico. O que há sempre são normas inconscientes que regulam esses usos. Nenhuma língua já foi ou pode ser *corrompida*, *assassinada* ou *ameaçada* quando faz empréstimos ou utiliza uma variedade menos prestigiada. Qualquer pessoa fala segundo regras gramaticais estritas.

Ouvem-se pronúncias alternativas de palavras como *caixa*, *peixe*, *outro*: a pronúncia padrão incluiria a semivogal, a pronúncia não padrão a eliminaria (caxa, pexe, otro). Mas nunca se ouve alguém dizer *peto* ou *jeto* ao invés de *peito* e *jeito*. Por que será que os mesmos falantes ora eliminam e ora mantêm a semivogal? Alguém pode explicar por que o *i* cai antes de certas consoantes e não diante de outras? Alguém pode explicar por que o *u* cai



antes de *t* (otro) e o *i* não cai no mesmo contexto (peito, jeito)? Certamente, então, o tipo de semivogal (i ou u) e a consoante seguinte são parte dos fatores internos relevantes para explicar esse fato que, de alguma forma, todo falante conhece (POSSENTI, 1996, p. 35)⁵.

O que aconteceu ao longo do tempo foi uma inversão de valores entre a língua e a gramática normativa. Essa última foi escrita precisamente para “descrever e fixar como ‘regras’ e ‘padrões’ as manifestações linguísticas usadas espontaneamente pelos escritores considerados dignos de admiração, modelos a ser imitados” (BAGNO, 2009, p. 80). Em tese, as gramáticas normativas são *decorrência* da língua, sendo subordinadas e dependentes dela. Antes das primeiras obras gramaticais que temos conhecimento serem escritas na Grécia, já existia ali uma ampla e diversificada literatura que influenciou e é estudada até hoje na cultura ocidental: *Íliada*, *Odisséia*, os diálogos de *Platão* e as tragédias de *Ésquilo* foram produzidas antes que qualquer tipo de normatização da língua tivesse sido fixada (BAGNO, 2009).

A concepção de que os falantes e escritores da língua é que precisam da gramática é resultado da inversão de uma realidade histórica. É como se primeiro tivessem escrito uma gramática e só depois as pessoas passassem a usar a língua. E o ideal seria resgatar essa língua imaginária que foi codificada nos livros de gramática do passado, bem antes da fala. O rótulo *norma culta* acoberta assim um conjunto de ideias imprecisas: uma língua ideal, baseada no suposto uso dos grandes escritores – preferencialmente do passado –, sendo um modelo abstrato que não corresponde efetivamente a nenhum conjunto real das regras que governam a atividade linguística por parte dos falantes de carne e osso. E o que não se enquadra nesse padrão escolhido seria tratado como “erro” ou não é tido como português.

Ao longo dos séculos, os defensores dessa concepção tradicional isolaram a língua, retiraram ela da vida social, colocaram numa redoma, onde deveria ser mantida intacta, ‘pura’ e preservada da ‘contaminação’ dos ‘ignorantes’ (...). Esse modelo de língua ideal acaba criando uma grade de critérios dicotômicos empregada para qualificar as variantes linguísticas: certo *vs.* errado, bonito *vs.* feio, elegante *vs.* grosseiro, civilizado *vs.* selvagem e, é claro, culto *vs.* ignorante (BAGNO, 2003, p. 49 e 50).

É importante também lembrar que as variações linguísticas consideradas estigmatizadas são aquelas usadas por falantes de baixa extração social ou de pouca escolaridade. O prestígio das formas linguísticas está sempre relacionado ao prestígio que têm seus falantes nos diferentes estratos sociais. Segundo Bagno (2003, p. 28), quando os cidadãos

⁵ Muitos outros exemplos poderiam ser dados sobre essa questão. Até poderemos ouvir “nós vai”, mas nunca “eu vamo(s)”. O professor Possenti (1996) exemplifica também que as pronúncias do som de palavras que se escreve com a letra L como *alguma* podem ser também pronunciadas de outras formas como *arguma* e *auguma*. A variação do L também existirá em palavras como planta (pranta), mas nunca ouviremos puanta. Além disso, o L sempre será L em palavras como lua. “Ou seja, no fim da sílaba, ele varia; no meio também (embora não com o mesmo número de variantes). Mas no início, nunca. E isso vale para falantes cultos e incultos” (POSSENTI, 1996, p. 36).



mais letrados não usam a gramática normativa, esses *erros* passam despercebidos e não provocam *arrepios* nem *dores* no ouvido, embora contrariem as normas gramaticais. Dessa forma, criam-se “erros mais errados que outros”, sendo essa escala proporcional à escala de importância social. “Quanto menos prestigiado socialmente é um indivíduo, quanto mais baixo ele estiver na pirâmide das classes sociais, mais *erros* (e erros mais ‘crassos’), os membros da classe privilegiada encontram na língua dele”. Um engenheiro que diz *me dá o peixe* é considerado menos errado do que o comerciante da esquina que fala *os peixe* – mesmo que ambos contrariem a gramática normativa. Além disso, análises científicas criteriosas já demonstraram que os *erros* de concordância falados por pessoas menos escolarizadas estão presentes também na fala de médicos, jornalistas, intelectuais, empresários e juristas. No entanto, *os peixe* fica mais evidente e chama mais atenção quando usado por alguém com antecedentes biográficos rurais, de origem operária, vindo de uma região geográfica desprestigiada ou sem formação universitária. Na fala do membro da elite letrada, esse mesmo *erro* é perdoado, tratado como *descuido* ou *lapso*, com a justificativa de que essas pessoas podem se permitir falar assim porque sabem a forma *certa* (BAGNO, 2009).

Por esses e outros fatores é que a Linguística, ciência constituída a mais de um século e que procura descrever e explicar as variedades verbais humanas, não trabalha com a dicotomia certo vs. errado. Ela não discute como deve ou deveria ser, ou se determinada construção é aceitável ou não, mas sim como funciona, como é, como se fala⁶. E esse posicionamento é científico, permitindo com suas investigações elaborar várias constatações que compõem hoje material essencial para a explicação de qualquer língua humana (FOLTRAN, 2011). Como falamos obedecendo a regras, o linguista procura descrever esse fenômeno a fim de entender melhor o funcionamento das línguas.

Entretanto, é do conhecimento desses profissionais que o desconhecimento da gramática normativa pode limitar a ascensão social ou intelectual de uma pessoa uma vez que a Constituição do país, por exemplo, é escrita na língua padrão. Essa constatação fundamenta o posicionamento da linguística sobre o ensino da língua materna.

⁶ Em qualquer outra ciência torna-se muito estranho ou até mesmo ridículo perguntar a um químico se ele *aceita* que o oxigênio queime, ou a um físico se ele *aceita* a gravitação, ou a um ornitólogo se ele *aceita* que um tucano tenha bico tão desproporcional, ou a um botânico se ele *aceita* o cheiro da jaca, ou mesmo a um linguista se ele *aceita* que o inglês não tenha gênero nem subjuntivo e que o latim não tenha artigo definido ou que o falante possa dizer *Os livro*. Não só é estranho perguntar se eles *aceitam*, como também não se pergunta se isso tudo está *certo*. Para manter um posicionamento científico, os linguistas não fazem juízo de valor acerca dessas variedades. Simplesmente descrevem, explicam e divulgam (FOLTRAN, 2011).



POLÊMICAS EM TORNO DO LIVRO *POR UMA VIDA MELHOR*

O livro didático *Por uma vida melhor* faz parte da coleção *Viver e Aprender* e foi distribuído esse ano para as aulas de português na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) por todo Brasil. A obra foi escrita por vários autores, tendo a ONG Ação Educativa como responsável pela sua construção pedagógica. O capítulo que causou polêmica foi o primeiro, intitulado *Escrever é diferente de falar* (RAMOS, 2010). Em um trecho específico é apresentado aos alunos a diferença entre a norma culta e as variantes populares do idioma que o estudante – um adulto, nesse caso – aprendeu até chegar à escola. Além disso, o livro também comenta que há diferenças entre a forma de falar e a escrita, o que é um fato óbvio. “Não existe nenhuma ortografia em nenhuma língua do mundo que consiga reproduzir a fala com fidelidade” (BAGNO, 2009, p. 70). Ainda nesse ponto, o capítulo constata também que há níveis diferentes tanto na fala quanto na escrita. Falar e escrever aos amigos é diferente de falar e escrever ao Presidente da República. Por isso, o falante precisa ser capaz de usar a variante adequada de acordo com a situação e a ocasião exigida.

Durante todo o livro, os autores ensinam a norma padrão. A própria linguagem utilizada na obra é formal, inclusive na unidade que diferencia a norma de prestígio da variante popular. No capítulo em questão são apresentados trechos considerados inadequados à norma culta a fim de que os estudantes os reescrevam de acordo com a norma padrão. Também é esclarecido – como vimos acima – que todas as variantes da língua seguem regras diferentes de outras variedades, mas sempre adotando uma norma. A obra faz parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). É importante observar que o capítulo em questão está plenamente de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para a língua portuguesa, publicados há mais de 15 anos, em 1997, que afirmam:

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma ‘certa’ de falar — a que se parece com a escrita — e o de que a escrita é o espelho da fala — e, sendo assim, seria preciso ‘consertar’ a fala do aluno para evitar que ele escreva errado [...]. A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa. É saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido (BRASIL, 1997, p. 26-27).



Ao abordar a variedade popular em sala de aula, o PCN, os autores do livro *Por uma vida melhor* e os professores de português que adotam essa estratégia não estão se furtando de ensinar a norma padrão nem combatendo a gramática normativa. Eles apenas indicam um fato: existem outras variedades diferentes dessa. Essa abordagem é adequada, uma vez que diversos especialistas em ensino de língua afirmam que quando o aluno toma consciência da variante linguística que ele emprega, entendendo também como a sociedade valoriza desigualmente as diferentes variações linguísticas, pode ajudá-lo na apropriação da norma que está de acordo com a gramática normativa. Assim, a escola ensinaria às regras gramaticais a todos os alunos sem menosprezar a cultura em que estão inseridos e sem destituir a língua que falam juntamente com sua gramática, ainda que essa última não esteja codificada por escrito nem seja socialmente prestigiada.

No entanto, apesar dos estudos em sociolinguística constituírem um campo de conhecimento a pelo menos 150 anos e do PCN, juntamente com os livros didáticos disponíveis no mercado, abordarem o assunto da variação linguística e seu tratamento na sala de aula desde 1997, os meios de comunicação de massa parecem alheios a esses fatos. Durante todo o mês de maio, quando veio à tona a polêmica em torno do livro *Por uma vida melhor*, a imprensa passou várias informações incompletas e imprecisas, criticando severamente à abordagem feita na diferenciação entre falar e escrever. A mídia ainda veicula velhas noções que confundem língua, gramática normativa e ortografia. Além disso, ainda são disseminadas informações equivocadas sobre a língua, bem como mitos de que o “brasileiro não sabe português” ou “a língua portuguesa é muito difícil”.

Esses preconceitos são difundidos constantemente pelos meios de comunicação – em especial os de massa –, colaborando assim com a perpetuação de sentidos, significações, estereótipos e rígidas diferenciações sociais que tomam como base questionamentos feitos sobre a língua de forma simplificada e superficial. Um dos objetivos desse tipo de abordagem é polemizar e/ou buscar audiência através do espetáculo midiático em detrimento da contribuição para um melhor desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, Debord (1997) explica que a sociedade contemporânea está submersa na onipresença midiática e na espetacularização do cotidiano social.

Sob todas as suas formas particulares, informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e o seu corolário o consumo. Forma e conteúdo do espetáculo são idênticamente a justificação total das condições e dos fins do sistema existente (DEBORD, 1997, p. 10-11).



Os meios de comunicação possuem um papel fundamental no cotidiano das pessoas, ritualizando e naturalizando hábitos, tornando-se assim novas *praças públicas*. É principalmente através deles que os indivíduos passam por experiências e vivem vidas midiáticas. Atualmente, as pessoas passam muito tempo assistindo à televisão, frequentando cinema, lendo revista e jornais, acessando a internet, participando enfim dessas e de outras formas culturais veiculadas pelos meios de comunicação. “Portanto, trata-se de uma cultura que passou a dominar a vida cotidiana, servindo de pano de fundo onipresente e muitas vezes sedutor primeiro plano para o qual convergem nossa atenção e nossas atividades” (KELLNER, 2001, p. 11).

Essa espetacularização da mídia passa diretamente pela não reflexão e pela manutenção, criação e perpetuação de estereótipos. Pereira (2002, p. 46) define “os estereótipos como crenças compartilhadas sobre os atributos pessoais, especialmente traços de personalidade, como também sobre os comportamentos de um grupo de pessoas”. Outra conceituação determina que estereótipos são “uma crença rígida, excessivamente simplificada, não raro exagerada, aplicada tanto a uma categoria inteira de indivíduos como a cada indivíduo da mesma” (JOHNSON, 1997, p. 93). Segundo o autor, os estereótipos podem ser entendidos como representações sociais, institucionalizadas, reiteradas e reducionistas, que pressupõem uma visão compartilhada que um coletivo social possui sobre outro coletivo social. São reiteradas porque são criadas com base na repetição.

Esses padrões pré-determinados são constituídos culturalmente e estão presentes em diferentes segmentos e manifestações sociais, inclusive nos meios de comunicação de massa. Conjuntamente com a família, a escola e os grupos de amigos, eles atuam como agentes de socialização e constituem uma das vertentes da construção do imaginário das pessoas. Os estereótipos estão impregnados no inconsciente humano e social justamente por serem resultado de um processo cultural. “A estereotipização traz consigo a generalização, que, muitas vezes, traduz padrões equivocados e simplistas. Duas ou três características mais marcantes acabam por representar todos os indivíduos de um mesmo sexo, etnia, origem, profissão, classe social etc” (MORONI & FILHA, p. 3).

A televisão tem ainda a seu favor a repetição, capaz de fortalecer a forma de um elemento estrutural no seu discurso (SODRÉ, 1977). Nos programas veiculados pela TV, a tendência à homogeneização também existe. Para Sodré, essa mídia “é impelida a uma homogeneização dos diversos conteúdos culturais, isto é, a redução dos mesmos a modelos facilmente aceitáveis pelo público” (SODRÉ, 1977, p. 77-78). É dentro desse contexto de desinformação, espetacularização e estereótipos que se insere o discurso de Alexandre Garcia.



ALEXANDRE GARCIA E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Neste trabalho, optou-se por fazer uma Análise do Discurso (AD) do tipo comunicacional⁷, sobre a fala do jornalista Alexandre Garcia. Utilizaremos como suporte teórico a AD da linha francesa, uma vez que ela relaciona o discurso linguístico com seu contexto sócio ideológico e histórico “A Análise de Discurso não procura o sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica. (...) A própria língua funciona ideologicamente, tendo em sua materialidade esse jogo” (ORLANDI, 2010, p. 59). Para nossos objetivos, esse tipo de análise é importante por levar em conta a relação da linguagem com a exterioridade. Entende-se por exterioridade as condições de produção do discurso, seja do falante, do ouvinte, do contexto da comunicação e do contexto histórico-social ou ideológico. Para o analista de discurso, o comentário feito por Alexandre Garcia foi produzido em determinadas condições ideológicas, num certo contexto, fazendo assim parte de uma tradição cultural com suas formas valorizadas. “Definir o discurso como práticas sociais implica que a linguagem verbal e as outras semióticas com que se constroem os textos são partes integrantes do contexto sócio-histórico e não alguma coisa de caráter puramente instrumental, externa às pressões sociais (PINTO, 2002, p. 28). Por isso, procuraremos perceber como se dá esse processo de produção e como ele reforça ideologicamente os mitos e estereótipos sobre a língua, bem como os preconceitos em torno do livro e da variação linguística popular que foram discutidos na primeira parte deste trabalho.

O comentário do jornalista é introduzido pela apresentadora Renata Vasconcellos informando que o MEC distribuiu “§ para quase meio milhão de *alunos* um livro de português que defende, digamos assim, um *novo conceito* sobre o *uso* da língua portuguesa: não teria mais o *certo* e o *errado*, e sim o adequado e o inadequado, dependendo da situação (GARCIA, 2011)”. O silêncio feito pela jornalista ao não informar que o livro é destinado a Jovens e Adultos é significativo já que o termo *alunos* sem o “detalhe” da modalidade do público alvo remete a memória do telespectador o contexto imediato de crianças em idade escolar. Orlandi (2007, p. 14) chama atenção para isso ao afirmar que o silêncio também é um forte produtor de sentidos. O *não dito* é tão importante quanto o *dito*. “Silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda que aquilo que é mais importante nunca se diz.”

A noção de usuário que foi colocada pela apresentadora através do verbo *usar*, remete a algo que está fora do ser humano, uma espécie de caixa de onde a ferramenta língua é

⁷ Esse tipo de análise de discurso que usamos privilegia o contexto, usa o conceito de ideologia ao lado do de discurso, trabalha com as marcas formais da superfície textual, faz comparações e não confia na letra do texto, procurando-o relacionar às formas sociais que o moldaram. As ferramentas metodológicas que usaremos estão presentes no livro *Comunicação e Discurso* do Milton José Pinto (2002) e *Análise de Discurso: princípios e procedimentos* de Eni Orlandi (2010).



retirada, utilizada e depois recolocada no mesmo lugar. Essa visão conservadora com relação à fala reflete a inversão histórica que foi comentada acima entre a língua e a gramática normativa. O *uso da língua portuguesa* produz o sentido de uma relação neutra entre o falante e seu falar. “Nossa relação com a linguagem é muito mais profunda e complexa do que um simples ‘uso’ – até porque essa relação se faz com a própria linguagem! Aliás, a própria palavra ‘relação’, aqui, não dá conta dessa complexidade” (BAGNO, 2009, p. 17). O termo *novo conceito* indica novidade, inovação, invenção. O programa tenta passar o sentido de que o livro traz algo novo, quase um devaneio, mesmo que os estudos no campo da sociolinguística tenham mais de 150 anos. O discurso não verbal da jornalista reforça essa noção: o rosto mostrando *estranheza* diante da notícia de que não existiria mais o *certo* e o *errado*.

Alexandre Garcia inicia seu comentário afirmando “§ Renata, quando eu *tava* no primeiro ano do grupo escolar e a gente falava errado a professora nos corrigia porque ela estava nos preparando pra *vencer na vida*” (GARCIA, 2011). É interessante que o jornalista emprega uma variante linguística, *tava*, que é variação popular do verbo *estava*. O que chama atenção é que Alexandre acaba abonando a tese divulgada no livro: escrever é diferente de falar (RAMOS, 2010). Os comentários feitos em seguida, referentes à correção da professora com o objetivo de *vencer na vida*, traz ao imaginário discursivo o “fato” de que conhecimento da forma correta de falar português é um instrumento de ascensão social. Como comentamos acima, o domínio da norma padrão pode limitar a ascensão intelectual ou social de uma pessoa, uma vez que as Leis e os veículos de comunicação empregam a gramática normativa. Entretanto, o domínio da norma culta não traz automaticamente elevação na hierarquia social do sujeito. Há vários outros fatores ligados a uma situação social de profunda injustiça que condicionam os cidadãos dentro de uma das camadas sociais. “Achar que basta ensinar a norma-padrão a uma criança pobre para que ela ‘suba na vida’ é o mesmo que achar que é preciso aumentar o número de policiais na rua e de vagas nas penitenciárias para resolver o problema da violência urbana” (BAGNO, 2009, p. 90). Durante todo o comentário do jornalista do Bom Dia Brasil, o mito de que o domínio da norma padrão serve como instrumento de ascensão social foi reforçado.

§ É notório que o conhecimento *liberta*, que forma eleitores e contribuintes *conscientes*, *gente que cresce e faz o país crescer*. É notório que o conhecimento vem pela *educação*. E também é obvio que a raiz de tudo ta na capacidade de se comunicar: a *linguagem escrita*, que transmite, difunde, o conhecimento e o pensamento *diferencia o animal homem dos outros animais* [...]. A educação *liberta* e torna a vida melhor porque nos livra da *ignorância* que é essa uma condenação a uma *vida difícil*: quem for *nivelado*



por baixo terá a vida nivelada por baixo. Pois, ironicamente, esse livro se chama *Por uma vida melhor* [...]. Olha a *Coréia* saiu da terra arrasada por duas guerras em apenas duas ou três décadas de educação rígida. A *China*, que há poucos anos estava atrás do Brasil, sabe pra onde quer ir, está indo a razão de 10% ao ano no PIB. Com *educação rígida*, tradicional, competitiva, e premiando o *mérito*. Por aqui, com a *chancela para ignorância que infelicit* estamos apontando pro sentido contrário (GARCIA, 2011).

Os termos *ignorância*, *cidadãos conscientes*, *libertar*, *vida difícil*, *condenação*, *nivelado por baixo* e *educação rígida* reforçam o discurso que o desconhecimento da norma culta traz consequências sociais danosas. No entanto, dessa vez, Garcia faz referência as consequências não apenas para o indivíduo, mas para o Estado brasileiro. Alexandre chega a afirmar que a *Coréia* conseguiu se recuperar de duas guerras e a *China* cresce 10% ao ano no PIB graças à *educação rígida*, *tradicional* e *competitiva*. Nesse sentido, ele alia a boa qualidade educacional ao pleno domínio da norma padrão. No Brasil, segundo ele, ao se dar uma *chancela para ignorância* o país anda *caminhando pro sentido contrário*. Novamente o jornalista utiliza outra variante linguística encontrada na língua falada pro > para o. Também é enfatizado que o desconhecimento da norma padrão por parte dos estudantes acarreta um tipo de ignorância que *infelicit*.

Outro ponto que chama atenção no discurso do apresentador é aliar o conhecimento da norma padrão ao refinamento intelectual existente no Brasil. Não conhecer a gramática normativa é ser *nivelado por baixo*, tanto do ponto de vista intelectual quanto social. Em outras palavras, ser inteligente, fazer o país prosperar e ascender socialmente se deve ao domínio da gramática normativa. No livro *Língua e mídia*, Sírio Possenti (2009, p. 16) censura os intelectuais brasileiros que “querem transformar um conhecimento relativamente banal [ortografia, concordância e regência], que tem mais a ver com idade e classe do que com inteligência, em índices de alta qualidade intelectual”.

No início do comentário também é feita uma confusão entre língua e ortografia. Por definição, essa última é uma tentativa de representar pictórica, convencional e graficamente a língua falada. Quando se fala em tentativa, é necessário enfatizar que “não existe nenhuma ortografia em nenhuma língua do mundo que consiga reproduzir a fala com fidelidade” (BAGNO, 2009, p. 70). No entanto, Garcia alia o conhecimento da ortografia à capacidade de difusão do pensamento, afirmando que é a *escrita que diferencia o animal homem do outros animais*. Assim, a visão de língua repassada pelo programa é no sentido mais conservador possível: algo estático, imutável, que está fora do ser humano e que apenas é *usada* para se comunicar, além de fazer confusões entre língua falada, ortografia, gramática e refinamento intelectual.



Em outro trecho do comentário, o jornalista assegura que a questão da variante linguística apresentada em um livro didático está relacionada a uma política de não constrangimento ao aluno.

§ Se fosse apenas uma polêmica linguística, tudo bem. Mas faz parte do currículo de meio milhão de *alunos* e é *abonado* pelo Ministério da Educação. Na moda do *politicamente correto*, defende o *endosso* ao *falar errado* para evitar *um* preconceito linguístico [...]. Olha, ainda hoje todos vimos o chefão do FMI algemado. Aqui no Brasil ele não seria algemado porque não ofereceria risco a sua custódia. Aqui no Brasil *algemas* *constrangem* o detido. Aqui no Brasil, alunos *analfabetos* passam automaticamente de ano para *não serem constrangidos*. *Aboliu-se o mérito* e agora *se aprova a frase errada* para não constranger [...] (GARCIA, 2011).

O jornalista tenta passar a ideia de que a questão do *preconceito linguístico* está relacionada apenas a uma política de não constrangimento por partes dos professores, evitando assim corrigir os alunos *para não constranger*. Além disso, a consideração de que existe um modo *certo* e um modo *errado* de falar é reforçada não apenas nesse trecho, mas durante todo o discurso. E o Ministério da Educação estaria dando o aval – ou *abonando* de acordo com o autor – à *fala errada* do aluno. O *mérito* no discurso do jornalista está ligado ao domínio da norma padrão. O comentário de Alexandre Garcia também tenta relacionar o *analfabetismo* de parte da população à política da *não reprovação* e ao desconhecimento da *norma padrão*. E o jornalista ainda emprega o termo *preconceito linguístico* apenas como sinônimo de *não constrangimento* para com as pessoas que *falam errado*. Também há no comentário uma tentativa de mostrar que o *falar errado* está relacionado a uma incapacidade da política educacional brasileira em ensinar para os alunos a norma padrão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos estudos nas ciências da linguagem serem desenvolvidos há mais de 150 anos, assim como a abordagem feita à variação linguística estarem presentes nos livros didáticos disponíveis no mercado brasileiros e no PCN desde 1997, a imprensa continua perpetuando noções equivocadas e imprecisas sobre a língua portuguesa, confundindo língua, gramática normativa e ortografia. Essa constatação foi feita durante o mês de maio nos principais meios de comunicação do país ao noticiarem a abordagem pedagógica do livro *Por uma vida melhor* que tratava das diferenças entre a língua falada e a escrita, explicando também que as variedades linguísticas populares seguem regras diferentes das normas da gramática normativa, todavia seguem uma norma.

Boa parte dos comentários – inclusive o que foi analisado nesse trabalho – foram pronunciados e escritos com base em mitos sobre o que é uma língua e o que significa ensiná-



la. As frágeis noções de *erro* e *acerto* no português passam longe do trabalho dos linguistas e das constatações científicas, mas para a imprensa, o estudo do português parece se resumir a esses “fatos”. O preconceito linguístico, difundido constantemente pelos meios de comunicação, colaboram para a perpetuação de sentidos e estereótipos que tomam como base noções equivocadas sobre a língua, além de fazerem questionamentos simplistas e afirmações como a de que “Brasileiro fala tudo errado”. E o intuito maior é polemizar, buscando audiências através do espetáculo midiático em detrimento da contribuição para um melhor desenvolvimento da sociedade, que nesse caso seria reconhecer as variantes linguísticas populares a fim de combater um preconceito que está presente no dia a dia da sociedade, mas que raramente é notado.

REFERÊNCIAS

- ALEXRANDRE GARCIA FALA SOBRE O USO DA LÍNGUA. **Bom Dia Brasil**. Rio de Janeiro: Globo, 17 mai. 2011. Programa de TV. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=kRdrDLrr_fm>.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é e como se faz. São Paulo: Loyola, 2009.
- _____. **A norma oculta**: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2003.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa**. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>. Acesso em 4 jul 2011.
- COUTO, Hildo H. do. **O que é português brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FOLTRAN, Maria José. Língua e Ignorância. In: **Dossiê Por uma vida melhor**: intelectuais, pesquisadores e educadores falam sobre o livro. (versão final). São Paulo: ONG Ação Educativa, mai e jun 2011. Disponível em http://www.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories/pdfs/dossie%20-%20por%20uma%20vida%20melhor%20final_30_06_2011.pdf. Acesso em 04 jul. 2011.
- HOUAISS, Antonio. **O que é língua**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**. Guia prático da Linguagem Sociológica. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As forma do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 2007.
- _____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2010.
- SCHERRE, Maria Marta P. **Doa-se lindos filhotes de poodle**: variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- PEREIRA, Marcos Emanuel. **Psicologia Social dos Estereótipos**. São Paulo: E.P.U, 2002.
- PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso**. São Paulo: Hacker, 2002.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.
- _____. **Língua na mídia**. São Paulo: Parábola, 2009.
- SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala**: função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1977.
- RAMOS, Heloísa. Escrever é diferente de falar. In: AGUIAR, Carolina de Amaral de (et al.). **Por uma vida melhor**. (Coleção Viver, Aprender). São Paulo: Global Editora, 2010.